

A INFLUÊNCIA DOS ESTRANGEIRISMOS NA LÍNGUA PORTUGUESA: UM PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO, IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Miguel Ventura Santos Gois
(UFS e Univ. Tiradentes)
(mvsg3001@gmail.com)

RESUMO

O uso dos estrangeirismos tornou-se comum na língua portuguesa trazendo novos vocábulos, assim como a influência da globalização, ideologia e o multiculturalismo para novas discussões. O português recebe vocábulos como resultado das relações políticas, culturais e comerciais com outros países. O inglês fornece vasta nomenclatura, demonstrando que o processo lingüístico está relacionado com a história sócio-político-cultural de um povo. A entrada de elementos estrangeiros é um fenômeno sociolingüístico ligado ao prestígio de que uma língua ou povo que a fala goza. O inglês como língua universal permite mínimo de comunicação entre todos e pode fazer com que perca não só a identidade cultural, mas também a idiomática. Constata-se que essa liderança idiomática é reflexo de vários fatores, entre o mais relevante, a globalização, assim como, é perceptível e inegável a predileção por termos estrangeiros por usuários de nosso idioma, resultando em influência na língua e na cultura brasileira.

Palavras-chave: Língua portuguesa; Estrangeirismos; Globalização.

INTRODUÇÃO

O estrangeirismo é uma constante nos processos culturais em todo o mundo a análise do papel da aquisição de empréstimos lingüísticos permeia os processos de colonização e as migrações, numa miscigenação cultural que se processa geralmente sem a voluntariedade de mudanças na vida social, por parte dos moradores de um local.

As manifestações culturais dominantes receberam, durante séculos, contribuições advindas da chegada de outros povos, da importação de objetos, da utilização constante de termos associados a ações ou a expressões estrangeiras. Não há, entretanto, uma uniformidade em relação a se quantificar essa prática.

Se entre duas línguas, entre povos diferentes, ocorre imposição de um determinado termo, a coexistência entre ambas acaba por modelar o léxico da língua receptora. Há nesse caso um recorte analógico do mundo objetivo, inserindo-se num determinado contexto traços da língua-fonte, mesmo que esse traço não seja espacial, mas apenas lingüístico. Essa ascendência de uma nação sobre a outra, caracterizadora do empréstimo, deixa marcas na língua, de modo que se promova uma conexão entre identidades culturais distintas, entre indivíduos e estruturas sociais, sob forte influência da base material da sociedade – muitas vezes até associadas ao poder político e econômico.

Há de se considerar que os conceitos de regionalismo e de nacionalismo perdem a relação territorial principalmente pela adoção indiscriminada de termos estrangeiros, provenientes da cultura difundida pela mídia.

As discussões sobre a identidade do homem moderno permeiam vários estudos e pesquisas, uma vez que a globalização sugere que finalmente todas as possibilidades de comunicação estão abertas a um maior público em vários lugares. É dessa forma que o processo de interação e troca de informações entre os homens está tão imenso hoje em dia e com certeza crescerá mais ainda.

Este estudo tem por objetivo investigar a relação entre o emprego de estrangeirismos e a imposição de uma identidade cultural, compreendendo-se que essa relação se apresenta como representação da própria relação social.

Entre a língua e a sociedade pode-se perceber que há um mundo de signos lingüísticos e inúmeras possibilidades comunicativas que irão formar as mensagens, ou seja, para muitos esses empréstimos lingüísticos funcionam como uma total ameaça à legitimidade da língua portuguesa, mas na verdade esses empréstimos lingüísticos resultam de mudanças lingüísticas relacionadas à história sócio-político-cultural de um povo, além de ser um fenômeno lingüístico ligado ao prestígio de que determinada língua ou povo que fala goza.

È nessa visão que os estrangeirismos estão presentes no português e estão mais do que nunca representando uma linha de

pensamento de uma nação, sendo que ao estarem associados a um veículo de comunicação tornam-se vozes dos discursos de determinado veículo, mesmo que tudo seja feito de forma sutil, mas o discurso é a representação máxima da ideologia latente de tal.

LINGÜÍSTICA E ESTRANGEIRISMOS

Um empréstimo representa generalizadamente a utilização de algo que pertença a outrem. Uma unidade lexical estrangeira, ao integrar a língua nacional, representa um empréstimo lingüístico. A esse neologismo intitula-se estrangeirismo. À medida que passa a fazer parte da língua nacional, não mais sendo considerado estranho, esse empréstimo passa a constar, inclusive, nos dicionários. Para Garcez e Zilles:

Estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso brasileiro, posto simplesmente, seria o uso de palavras e expressões estrangeiras no português. Trata-se de fenômeno constante no contato entre comunidades lingüísticas, também chamado de empréstimo. A noção de estrangeirismo, contudo, confere ao empréstimo uma suspeita de identidade alienígena, carregada de valores simbólicos relacionados aos falantes da língua que originou o empréstimo (Garcez; Zilles, 2004, p. 15).

Essa enriquecedora utilização de unidades lexicais de outros sistemas lingüísticos muitas vezes é adotada no momento em que se importam objetos ou modelos que não possuem nomenclatura equivalente na língua portuguesa. Para Câmara Júnior (1989, p. 269), os empréstimos abrangem “(...) todas aquelas aquisições estrangeiras que uma língua faz em virtude das relações políticas, comerciais ou culturais, propriamente ditas, com povos de outros países”.

A língua portuguesa falada no Brasil a partir de sua colonização fez aquisições da língua africana e da língua tupi. Essa adoção, além de enriquecer a língua portuguesa, distanciou-a da língua portuguesa em Portugal. É interessante notar, como bem adverte Bagno (2004, p. 74), “que os estrangeirismos não alteram as estruturas da língua, a sua gramática”.

A sua inserção acontece em campo morfológico, não sintático, ou seja, insere-se um vocábulo de língua estrangeira em

detrimento de um vocábulo nacional, mas as estruturas frasais não se corrompem. Mesmo assim, a opinião entre estudiosos se divide nesse ponto, havendo quem critique o uso abusivo de vocábulos e expressões estrangeiros.

Para os puristas, as unidades lexicais estrangeiras devem ser empregadas quando não há termo equivalente na língua portuguesa e quando o seu aportuguesamento não é viável. O aportuguesamento dos vocábulos ou a utilização de termos nacionais equivalentes, entretanto, parecem não agradar à população, que largo uso faz de termos estrangeiros, principalmente de origem inglesa, nas mais variadas formas. Não é difícil encontrar, aliás, estrangeirismos escritos de maneira incorreta ou mesmo utilização de vocábulos sem o devido conhecimento de seu significado.

A indignação frente a essa realidade não se limita a gramáticos puristas: a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou, em dezembro de 2007, o Projeto de Lei do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) proibindo o uso de estrangeirismos no país.

Consoante o Projeto, palavras ou expressões em língua estrangeira devem vir acompanhadas, em letra de igual destaque, de seu correspondente em português (Projeto de Lei nº 1676-D, de 1999). Indica a lei:

A língua portuguesa é um dos elementos de integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como nação. [...] Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma desta lei, participar ativamente da realização prática [desse objetivo] (Brasil, 1999, p. 1-2).

Como se observa não se trata de uma perspectiva gramatical apenas, mas da própria valoração da língua portuguesa no contexto sócio-cultural, visando à preservação da língua como elemento de identidade nacional.

É de conhecimento de toda a sociedade que o Brasil, cuja língua nativa era a indígena, ao ser colonizado, adotou a língua portuguesa como padrão. Mesmo assim os vocábulos de origem indígena não deixaram de ser empregados, concomitantemente com os de origem africana. Na verdade, o empréstimo lingüístico já se registrava na própria língua portuguesa européia. Segundo Infante:

No caso da língua portuguesa, podem-se apontar casos de palavras tomadas de línguas estrangeiras em tempos muito antigos. Esses empréstimos provieram de línguas célticas, germânicas e árabes e ao longo do processo de formação do português na Península Ibérica. Posteriormente, o Renascimento e as navegações portuguesas permitiram empréstimos de línguas européias modernas e de línguas africanas, americanas e asiáticas. (Infante, 2001, p. 193).

Os períodos mais recentes, não obstante, indicam uma grande influência da língua inglesa no Brasil, mesmo que não se configure resultado de processo migratório. Há de se destacar que se evidencia uma presença maciça de vocábulos advindos da língua inglesa, por influência norte-americana, no país. Infante ressalta “Deve-se levar em conta que muitos empréstimos da língua portuguesa atual do Brasil não ocorreram em Portugal e nas colônias africanas, onde a influência cultural e econômica dos Estados Unidos é menor” (2001, p. 193)

Essa presença revela uma crescente absorção da cultura norte-americana, generalizadamente, como fruto do desejo de se estruturar um padrão de vida baseado no cotidiano americano. Evidencia-se um comportamento coletivo que permite às diversas áreas sociais e econômicas a exploração desse desejo como forma de imposição de determinados produtos, como é o caso da moda.

A não-vinculação do empréstimo ao processo migratório se faz principalmente pela ampla comunicação entre as nações, já que basta que um indivíduo empregue uma unidade lingüística estrangeira em seu falar para que aconteça o fenômeno sócio-lingüístico. Nesse caso, a adoção de neologismos estrangeiros associa-se a uma valorização do empréstimo como elemento indicativo de elevada posição social ou de refinamento, num processo de estereotipagem e de dominação. Define Amossy:

A estereotipagem é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica. (Amossy, 2005, p. 125-126).

Tamanha tendência apresenta registros históricos desde o período de colonização, época em que Portugal e a própria Europa serviam de referência para o Brasil. Valorizava-se o que vinha de lá, desde roupas e móveis até expressões e valores morais. Com o passar

dos anos, a situação não mudou: a França colaborou, mais tarde, com a sofisticação na indumentária e na decoração e, obviamente, enriqueceu a língua portuguesa com vocábulos e expressões franceses.

No que concerne à adoção maciça de vocábulos da língua inglesa, pode-se vislumbrar uma intencional utilização do estrangeirismo como busca de identidade cultural. Os Estados Unidos, metáfora de um excelente padrão de vida, estariam representados em seus vocábulos, como se estes fossem ícones daqueles. Infante (2001, p. 193) destaca que atualmente, na língua portuguesa do Brasil “a maior fonte de empréstimos é o inglês norte-americano”.

O Brasil, assim como outras nações, não se esquivará da adoção desses neologismos. Tampouco há que se considerar que posicionamentos extremos sobre essa realidade sejam benquistos. Vale, acima de tudo, buscar a compreensão acerca da influência do estrangeirismo, do ponto de vista lingüístico e de análise de discurso, na identidade cultural de uma sociedade.

O uso dos estrangeirismos

Embora o uso de empréstimos lingüísticos não seja uma prática nova, é preciso salientar que, com as mudanças ocasionadas recentemente, houve uma modificação considerável no uso do estrangeirismo, pois, enquanto ferramenta, os aparatos tecnológicos de comunicação tornaram a troca de informações dinâmica em todo o mundo, mesmo entre as mais distantes nações. Para Hall “a ‘globalização’ se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de tempo-espço, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado”. (2006, p. 67).

Uma vez que a economia e o mercado tenham se tornado globalizados os produtos e os processos tecnológicos, uniformizados, exigem a utilização de termos e de vocábulos de compreensão também global. Mas não se trata apenas de uma necessidade econômica ou de trabalho: as comunidades globais também interagem por meio de uma universalização de linguagem que

certamente privilegia uma língua mais elitizada em detrimento de outra considerada menor expressiva. Zilles aponta:

No campo das mudanças lingüísticas, os empréstimos de palavras ou expressões são em geral associados a atitudes valorativas positivas do povo que os toma em relação à língua e à cultura do povo que lhes deu origem. Muitas vezes são utilíssimos à elite, que assim se demarca como diferente e superior [...]. Outras vezes, são felizes incidências na constituição identitária e cultural de um povo [...] (Zilles, 2004, p. 156).

É de suma importância a abordagem da análise de discurso quando se observa a adoção dos empréstimos, tendo em vista que as considerações acerca da utilização do empréstimo lingüístico estão intrinsecamente associadas ao universo simbólico inerente à linguagem cotidiana. Orlandi (2005, p. 87) ressalta que a “especificidade da Análise do Discurso está em que o objeto acerca do qual ela produz seus resultados não é um objeto só lingüístico, mas um objeto sócio-histórico”.

Um sujeito, nos mais distintos agrupamentos de que faz parte, emprega universos simbólicos na expressão de valores sociais, morais, culturais e políticos, de modo que se estabeleça entre ele e seu grupo uma coesão e uma interação permeada pela comunicação.

A análise de discurso permite avançar, ir além das estruturas morfossintáticas de um texto, explicitando-se os diversos sentidos das representações sociais no organismo social representado pela linguagem. Barros (2001, p. 99) explicita que ao enunciador “é oferecida a possibilidade lingüística de jogar com conteúdos implícitos ou explícitos, pra fazer passar os valores e deles convencer o enunciatário”.

Trata-se de uma identificação social ou cultural por meio de adoção de determinados símbolos no discurso – no caso os empréstimos, como ferramenta de identificação entre o objeto do discurso e a sua valorização atribuída à menção de uma língua considerada elitizada. O empréstimo da língua inglesa no Brasil contemporâneo, dessa forma, representa mais que uma necessidade: falar inglês é mostrar-se um indivíduo superior aos outros, capacitado para falar essa língua elitizada. Para Brandão (2004, p. 42), “os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos do discurso”, de modo que um estrangeirismo

seja a fonte desse efeito para os ouvintes.

Considerando-se que a identificação semântica de vocábulos de língua estrangeira – e mesmo a sua correta pronúncia – não sejam de domínio de grande parte da população, o emprego de estrangeirismos sem necessidade denuncia uma busca de sofisticação e de elitismo. Em se tratando de anglicismos, mais especificamente, pode-se associar a essa busca a tentativa de aproximação de uma sociedade que se observa mais próspera que a do Brasil. Consoante Garcez e Zilles:

Em uma sociedade como a brasileira, na qual é imensa a disparidade na capacidade de consumo dos cidadãos e na qual a classe social consumidora sofre de grande insegurança social e se mira em modelo externo de consumo, norte-americano ou europeu, não surpreende que o anglicismo se preste para marcar a diferenciação competitiva entre quem dispõe desse capital simbólico e a massa não-consumidora. (Garcez; Zilles, 2004, p. 23).

Imitação ou identificação, usar termos em inglês soa como sofisticação e elegância por parte do falante. Para ele, ser moderno, estar na moda, ser atual é usar os mesmos termos que o país de referência usa. Qualquer modificação formal em benefício do acervo lexical brasileiro desconfiguraria, portanto, a elegância das unidades lexicais inglesas.

Os processos midiáticos e a publicidade aproveitam essa valorização, por parte do consumidor, e abusam da substituição de vocábulos da língua portuguesa por estrangeirismos. Para Schmitz (2004, p. 95), “é necessário um pouco de bom-senso [...]. [Muitos estrangeirismos] (grifo do autor) são desnecessários, mas os termos no momento são essenciais para a progressão temática do discurso”.

Dentro da perspectiva da globalização são os meios de comunicação que se revelam particularmente eficazes no desenhar, no tecer o inimaginável de todo ser humano. São os responsáveis, sempre, por nos fornecer uma delicada dose de magia dentro de um mundo que, por vezes, não é tão mágico assim. Nem todos os indivíduos, entretanto, são igualmente atingidos por esse processo, uma vez que eles encontram obstáculos na diversidade das pessoas e em diferentes lugares.

Fielmente ligados à noção de aldeia global, que é tida como

“uma expressão da globalidade de idéias, padrões e valores sócio-culturais, imaginários” (Ianni, 2004, p. 119), os meios de comunicação podem expandir suas influências em todos os aspectos. Eles detêm um determinado controle sobre como determinados fatores nacionais, regionais, locais ou mundiais que serão difundidos mundo afora.

Esse processo de revolução cultural que passou a influenciar o comportamento do homem aconteceu de forma lenta e, para alguns grupos sociais, não houve respeito às suas culturas - o que, de certa forma, transparecia que os mesmos já estavam inseridos nesse processo naturalmente. O fenômeno da comunicação de massa, depois dos anos 1980, com o processo de informatização e, em seguida, com o surgimento da rede mundial de computadores, supervalorizou a internacionalização instantânea da comunicação.

Ferramenta que beneficiou o processo de globalização, ao eliminar fronteiras e barreiras para a comunicação com outras nações, a Internet acelerou a autonomia entre os povos de cada região, tornou dinâmico o processo de ensino e aprendizagem e influenciou o desenvolvimento social e moral das pessoas. Imaginem-se milhares de informações acessíveis a indivíduos pertencentes às mais diferentes culturas, nos mais diversos lugares.

Dessa forma, o acesso às informações, ao conhecimento de novas tradições e aos costumes é totalmente acessível, e essa grande acessibilidade que a Internet proporciona, pode ser benéfica em vários aspectos, mas pode também pode acarretar declínio de conceito de sociedade local, uma vez que se passa por um processo de multiculturalismo.

Participar desse processo de globalização exige competência intercultural, uma vez que as pessoas sentem a necessidade de adaptar-se a diferentes estilos de ser, de operar e de comunicar-se. Essa competência implica conhecer outras culturas e as diversas maneiras como as pessoas se comunicam.

[...] sempre se pensou que só pode haver um único motivo para alguém querer aprender uma língua estrangeira: o acesso a um mundo melhor. As pessoas se dedicam à tarefa de aprender línguas estrangeiras porque querem subir na vida. A língua estrangeira sempre representou prestígio. Quem domina uma língua estrangeira é admirado como pessoa culta e distinta (Rajagopalan, 2003, p. 65).

O estrangeirismo, por conseguinte, deixa de ser mera necessidade e passa a ser um mecanismo de inclusão ou de exclusão de indivíduos numa determinada esfera social. As sociedades dominantes sabem de sua capacidade de imposição de determinados valores e o estrangeirismo passa a se constituir ferramenta de discursos globalizados.

Essa forma de dominação pouco é percebida por aqueles que a absorvem e que aceitam passivamente a mudança sócio-cultural e a uniformização advinda da adoção da cultura dominante. A língua passa a ser meio de dominação ao acompanhar a disseminação de valores, a aquisição de produtos, a negociação entre países.

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA NO CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL

A vida do ser humano está intimamente associada ao processo de comunicação, e o aprimoramento da capacidade comunicativa acompanha a própria evolução humana. À medida que amplia seu relacionamento com o mundo, o ser humano aperfeiçoa e multiplica a sua capacidade de comunicação, envolvendo palavras, sons e imagens. Textos verbais e não-verbais interagem e contribuem para a representação oral e escrita das sociedades.

A língua é um código desenvolvido pelo homem para a transmissão de pensamentos, de idéias, para a interação entre os indivíduos. Para Cereja e Magalhães, a língua:

Pertence a todos os membros de uma comunidade. Como ela é um código aceito convencionalmente, um único indivíduo não é capaz de criá-la ou modificá-la. [...] A língua evolui, transformando-se historicamente. Por exemplo, algumas palavras perdem ou ganham fonemas, outras deixam de ser utilizadas; novas palavras surgem, de acordo com as necessidades, sem contar os “empréstimos” de outras línguas com as quais a comunidade mantém contato. (Cereja; Magalhães, 1999, p. 07)

A língua constitui, pois, um código mutável que integra as relações humanas e que, ao mesmo tempo em que sofre modificações, participa das mudanças nas sociedades. Esse patrimônio social é responsável pela possibilidade de se preservar o conhecimento e de transmiti-lo a outras gerações.

Língua, sociedade e cultura

Como entidade social a língua, é definida como “[...] um conjunto de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, que determinam o emprego dos sons, das formas e relações sintáticas, necessárias para a produção dos significados”. (Lopes, 2001, p. 58). Este conceito difere da definição dada por Elia, em que se lê que “[...] língua é o falar de uma comunidade, estruturalmente diferenciado, portador de apreciável tradição cultural e reconhecido oficialmente por um Estado como forma de comunicação em suas relações internas e externas”. (Elia, 2000, p. 28)

Em se tratando de aspecto social, ressalta-se que o caráter social de uma língua é entendido como um sistema de signos convencionais que são facultados aos membros de uma sociedade para a possibilidade de comunicação, constituindo-se o papel mais importante hoje nas relações humanas.

O caráter social da língua é facilmente percebido quando levamos em conta que ela existe antes mesmo de nós nascermos: cada um de nós já encontra a língua formada e em funcionamento, pronta para ser usada. E, mesmo quando deixarmos de existir, a língua subsistirá independentemente de nós (Terra, 1997, p. 20).

Entre a língua e a sociedade pode-se perceber que há um mundo de signos lingüísticos e inúmeras possibilidades comunicativas que irão formar as mensagens, ou seja, os sons, os gestos, as imagens estarão associados à língua, ligando-a não somente às relações diárias, mas também aos meios de comunicação de massa e à vida cultural, científica ou literária, passando a estabelecer um contrato social. Desse modo, a língua:

[...] é um patrimônio social. Tanto os signos como as formas de combiná-los são conhecidos e acatados pelos membros da comunidade que a emprega. Pode-se dizer, por isso, que a língua é um verdadeiro ‘contrato’ que os indivíduos de um grupo social estabelecem. Aceitos os termos desse contrato, a comunicação está garantida. (Infante, 2001, p. 12).

Uma vez interagentes, não se delimitam de forma clara as relações entre língua, cultura e sociedade: é difícil estabelecer onde uma começa e a outra termina, já que se estabelece uma relação íntima entre esses elementos. Conseqüentemente, a língua de uma

sociedade reflete seu modo de ver o mundo e, por meio dela, observam-se determinados aspectos como os valores e os costumes de um agrupamento ou mesmo a sua interação com outros grupos. O estudo de uma língua deve considerar fundamentalmente os contextos socioculturais em que ela se apresenta, pois essa estrutura apresenta elementos básicos e, muitas vezes, determinantes para as variações de linguagem. Essa contextualização permite explicar ou mesmo justificar fatos que, apenas lingüisticamente, seriam difíceis ou até impossíveis de se determinarem. O enunciado, portanto, está intrinsecamente associado à ambientação de que faz parte, promovendo interação entre seus interlocutores. E, se, por um lado, o contexto social interfere nas variações lingüísticas, por outro a função que a língua exerce na sociedade determina a importância da sua aquisição, fazendo com que sua aprendizagem seja de suma importância para que o indivíduo também faça parte do contexto social. A sociedade, portanto, existe através da linguagem e é representada pela junção de língua e cultura. De acordo com Maingueneau, a linguagem:

Seria a capacidade de comunicação oral, e as línguas seriam as formas particulares por meio das quais cada comunidade, cada sociedade ou grupo social realiza a linguagem. A questão do social, portanto, está diretamente ligada à noção de língua, porque é a noção de sociedade que vai permitir a delimitação desse particular que é a língua, à vista do universal que é a linguagem (Maingueneau, 2002, p. 41).

A relação entre a cultura e a linguagem, tão ampla quanto complexa, abrange desde a consideração de que as estruturas lingüísticas possam se edificar a partir de uma situação cultural até a afirmação, em sentido contrário, de que os costumes lingüísticos de determinados grupos tenham moldado fundamentalmente a cultura desses povos. Ou seja, a linguagem modifica a cultura e esta modifica aquela.

Vale salientar que os seres humanos dela fazem uso, modificam-na, mas não a detêm para si ou não a possuem isoladamente. Para Hall:

A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa cultura e

em nossos sistemas culturais. (Hall, 2006, p. 40).

Essa relação intrínseca constitui arranjo fundamental nas atividades cotidianas e a mudança que se processa, tanto na cultura quanto na língua, seja por eliminação, acréscimo ou modificação de elementos, ocorre de forma ininterrupta e involuntária. Os indivíduos reestruturam aspectos lingüísticos e valores morais, por exemplo, muitas vezes sem perceber.

Certamente as sociedades mais antigas, por viverem mais isoladamente, preservavam tanto sua língua quanto sua cultura com diminutas modificações por períodos mais prolongados, havendo pouca diferença mesmo entre gerações mais distantes. Essa caracterização permitiu uma identidade limitada por aspectos físicos, ou seja, delimitações espaciais indicavam uma nacionalidade, uma identidade cultural nacional.

Essa cultura nacional abrange, portanto, a padronização de valores e a singularização de costumes, assim como a adoção de uma linguagem unificada. A movimentação do homem por territórios vizinhos e as suas viagens de exploração culminaram, entretanto, numa troca de informações crescente e numa inevitável transfiguração sócio-cultural.

A facilidade de deslocamento e os avanços tecnológicos, enfaticamente nos meios de comunicação, tornaram essa troca constante e intensa, de modo que se passou a encontrar elementos de uma determinada cultura em outros locais ou em todo o mundo. Nesse ponto, a relação cambial não se processa igualmente, mas depende da influência que uma sociedade exerce sobre a outra.

O discurso, desse modo, torna-se elemento de disseminação de valores e de ideologias de uma sociedade, de modo que as sociedades receptoras não apenas aceitem, mas passem a adotar a influência desse grupo social. Para Barros:

A ideologia dominante é tão abrangente que torna as demais organizações do saber fragmentárias e muitas vezes contraditórias, pois incorporam elementos da representação dominante. O grau de coerência e abrangência dos sistemas ideológicos não é, assim, o mesmo nas diferentes concepções de mundo (Barros, 2001, p. 150).

Essa influência pode ter muitos significados, uma vez que as

relações entre os grupos sociais se fazem não apenas por interesses econômicos. Mas em qualquer situação é a cultura que acaba se transformando, acrescentando ou modificando elementos. Embora a língua não sofra influência na mesma intensidade, modificações surgem – como é o caso dos empréstimos lingüísticos ou do estrangeirismo.

Identidade cultural e multiculturalismo

A delimitação do meio físico em relação à ocupação humana parece ser a forma mais simples de considerar que os agrupamentos sociais apresentam peculiaridades e características que tornam seus integrantes semelhantes entre si e distintos de indivíduos de outros grupos. Certamente essa delimitação espacial permite uma contextualização da identidade cultural, tendo em vista que se trata de estruturação de relações cotidianas condicionantes de adoção comum de valores e de princípios, bem como de costumes.

Há, entretanto, outras relações que permitem considerar a identidade cultural em parcelas desses agrupamentos, seja por afinidades e interesses comuns ou por faixa etária e situação econômica, por exemplo. O ser humano é parte integrante de diversas tramas sociais: a família, a escola, a comunidade, a classe social. E cada um desses reagrupamentos de que faz parte interfere nos conceitos e na construção lingüística de um indivíduo. Hall aponta que “A identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem”. (Hall, 2006, p. 11).

Ainda que os indivíduos pertençam a um mesmo grupo, portanto, o contato com os diferentes agrupamentos torna sua formação cultural ímpar. Esse processo de construção de identidade cultural é, ao mesmo tempo, contínuo e complexo, o que torna o sujeito passível de diferentes identificações culturais, a depender das diferentes situações em que encontre.

O processo de identidade do ser humano, outrora consideravelmente solidificado, encontra-se pluralizado quer pela

multiplicação de subgrupos sócios, quer pela ampliação desses subgrupos. Observe-se que as faixas etárias dentro de um mesmo agrupamento consistem uma subdivisão, ao mesmo tempo em que os indivíduos de uma mesma faixa etária podem se identificar em agrupamentos diferentes.

O processo de globalização permitiu a quebra de barreiras e de fronteiras, levando o homem, em rápidos instantes, ao contato com novos mundos e com novas culturas. Assim, “a cultura enquanto ideal social precisa realizar uma função social; precisa oferecer, ou ao menos preservar, aqueles ideais de comunidade, identidade, ‘o bem’, etc., por meio das qual a ordem social pode ser mantida ou criticada em nome de uma ordem melhor.” (Slater, 2002, p. 68-69).

Enquanto sistema de representatividade das relações entre grupos e indivíduos, envolvendo o compartilhamento de patrimônios como a língua, a religião, a arte, o trabalho, a identidade cultural funciona como elemento coesivo, estruturação delimitadora de características, valores e comportamentos semelhantes.

Trata-se de um processo dinâmico, que também possibilita a construção de novas identidades – razão por que hoje elas não estão mais em contornos nítidos e sim inseridos em um novo processo cultural distante de permanecer estagnado.

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (Hall, 2006, p. 7).

Pode-se destacar que a identidade social e cultural é uma categoria que irá definir como os indivíduos se inserem nos grupos e, conseqüentemente, como eles agem, tornando-se sujeitos sociais - embora seja possível afirmar também que essas noções de identidade tenham evoluído junto com todas as transformações sociais que marcaram o século XIX, ocasionando uma maior circulação de informações e de culturas.

Com a evolução tecnológica respaldando-se nos meios de comunicação, a possibilidade de um indivíduo consumir bens produzidos em outras culturas e incorporar no seu cotidiano esses bens é bem maior. Obviamente há de se considerar o equívoco de se assimilar uma realidade de valores que acarrete um enfraquecimento de vínculos com a realidade do indivíduo.

Dentro dessa discussão surge à percepção das condições multiculturais que vão agregando valores às novas identidades que não estão mais configuradas de forma uníssona. Com todo o mundo interligado pela globalização, é difícil construir uma rede de significados, tradições e valores culturais que venha a representar uma nação. “É somente dentro da cultura e da representação que a identificação com essa “comunidade imaginada” pode ser construída” (Hall, 2003, p. 78).

A particularidade de definição de uma nação única não mais existe: elas estão interligadas e interagindo concretamente, resultante inclusive da facilidade advinda do processo de multiculturalismo que celebra a diferença sem fazer diferença. “Os impérios grego, romano, islâmico, otomano e europeu foram todos, de formas distintas, multiétnicos e multiculturais” (Hall, 2003, p. 55).

Essa descaracterização da unidade nacional de cultura se acentua com o advento dos aparatos tecnológicos, principalmente no que se refere ao deslocamento e à comunicação. Consoante Hall:

A medida que as culturas nacionais se tornam mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural. As pessoas que moram em aldeias pequenas, aparentemente remotas, em países pobres, do “Terceiro Mundo”, podem receber, na privacidade de suas casas, mensagens e imagens das culturas ricas (Hall, 2006, p. 74).

Além dessa localização espacial, as diferenças culturais podem ser delimitadas pela faixa etária, pela posição social, pela formação educacional ou mesmo pela preferência em relação à música, ao esporte, à profissão. Os grupos com traços culturais distintos coexistem e integram qualquer sociedade.

A língua, portanto, pode ser empregada como identificação desses agrupamentos e muitas vezes será empregada, inclusive,

como demonstração de desprezo ou de hostilidade em relação a outro grupo. Trata-se de uma exclusão cuja ferramenta é a própria imposição de valores culturais e de menosprezo àqueles que forem considerados inferiores.

As manifestações da linguagem ultrapassam os mecanismos lingüísticos e concretizam transformações sociais e delimitações culturais. Muitas vezes os agrupamentos sociais representam comunidades com interesses afins, cujos indivíduos moram nos mais distantes países, e a terminologia comum os aproxima.

Em épocas mais recentes, a migração e o contato mais estreito entre indivíduos de diferentes sociedades promove uma miscigenação, uma verdadeira mistura de identidades. Hall (2006, p. 88) salienta que em toda parte:

Estão emergindo identidades culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado.[...] As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia (Hall, 2006, p. 88).

É muito fácil observar como o uso dos computadores, por exemplo, presente no mundo inteiro, torna comum às mais diversas sociedades uma linguagem única, associada à informática. As pessoas podem, por meio da rede mundial de computadores, trocar as mais variadas informações e invariavelmente acabam usando as mesmas terminologias. Nesse aspecto, o uso de uma linguagem comum – e geralmente a língua inglesa – é uma necessidade inquestionável.

Importante se torna salientar que esse multiculturalismo transforma a própria linguagem e a utiliza como forma de identidade cultural entre os membros de um mesmo agrupamento global. Para Rajagopalan, essa:

Nova relação entre as pessoas das diferentes regiões do mundo, das mais variadas etnias e línguas, de histórias e tradições diferentes, se deu como consequência imediata do rompimento das barreiras que, até pouco tempo atrás, pareciam intransponíveis e serviam de impedimento a qualquer forma de aproximação entre os povos, a não ser com propósitos amigáveis (Rajagopalan, 2003, p. 57).

Observe-se que essa escolha nem sempre se faz de maneira

consciente ou proativa. A escolha de um vocábulo não exige de um indivíduo momentos de reflexão ou de discussão – em vez disso, emprega-se o que parecer mais imediato, inclusive com a pronúncia que parecer mais correta.

Sujeito no processo participativo e construtivo da sociedade, o homem integra esse conjunto ao mesmo tempo em que sente necessidade de se firmar único e diferente dos demais. Como agente social, o ser humano participa de uma comunidade e dela faz parte ativamente. Como indivíduo, não obstante, sobressai à necessidade de se fazer único, diferente dos seus companheiros.

Essa constante busca de identificação, entre os seres humanos, como forma de distinção e de afirmação de identidade, permeia toda a história da humanidade, caracterizando a necessidade humana de se fixar um determinado padrão, como norma numa privilegiada hierarquização das identidades e das diferenças, atribuindo-se-lhes todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa.

CONCLUSÃO

Compreender a adoção do estrangeirismo como resultado da inserção de elementos culturais por meio das ferramentas do contexto lingüístico é considerar que língua e sociedade estão intrinsecamente relacionadas e que não se pode sustentar uma sem a presença da outra.

Na verdade, o estrangeirismo não constitui uma realidade isolada. Ele surge inserido nas estruturas frasais da língua portuguesa, muitas vezes hibridamente flexionados. O estrangeirismo participa, pois, dos próprios processos culturais e da convergência de interesses cerceada pela imposição da mídia.

Nesse sentido, quando uma sociedade privilegia a inserção de valores de outra sociedade em seu contexto sócio-cultural, a adoção desses valores representa a vontade de tornar tal contexto o mais semelhante possível da ambiência vislumbrada.

A evolução histórica do Brasil bem demonstra como essa

valorização de elementos pertencentes a outras sociedades está arraigada: o período de colonização supervalorizou o estilo de vida português, indubitavelmente; em seguida a França passou a ser o modelo a ser seguido. Mais à frente os Estados Unidos passaram a ser o alvo dessas aspirações.

Dentro do próprio país essa tendência é uma constante: as capitais ditam valores para as outras cidades, estados como São Paulo e Rio de Janeiro são referências para o resto do país. Essa valorização de determinadas culturas em detrimento de outras é reforçada pela mídia, que difunde largamente essa forma de imposição.

Mesmo em contextos mais específicos essa tendência é uma constante: a prática de esportes ou a participação em determinados grupos sociais tende a mitificar valores e a valorizar determinados costumes. Assim, não apenas roupas e linhas de pensamento são adotadas por esses agrupamentos, mas a própria linguagem se faz modificada.

Um dos elementos mais constantes nessa adoção de outros valores culturais é a aquisição de empréstimos lingüísticos, que, se, inicialmente, representava a necessidade de se utilizar um vocábulo estrangeiro pela falta de equivalente na língua portuguesa, passou a ser empregada como recurso de afirmação de identidade cultural.

Usar o empréstimo lingüístico seria, então, uma opção mais por imposição de uma estrutura que por consciência. Se, por um lado, isso representa modificação da linguagem, por outro representa um enriquecimento cultural.

De qualquer forma, é interessante ressaltar que não se pode, num mundo cujo funcionamento tem se globalizado e cujas relações se fazem por meios como a televisão e a Internet, isolar completamente uma cultura ou uma língua. Mais importante seria tornar os usuários dessa língua cientes do fenômeno para que essa adoção de estrangeirismos seja uma opção meramente. É preciso ter essa consciência para que se faça melhor uso de tão rica troca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso*. Trad. Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2005.

BAGNO, Marcos. *Cassandra, fênix e outros mitos*. In: FARACO, Carlos A. (Org.). *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 47-83.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2001.

BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed. rev. Campinas: Unicamp, 2004.

BRASIL, *Diário da Câmara dos Deputados*. Projeto de Lei no. 1676, de 1999, p. 52060-52063, 4 de novembro de 1999.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens. literatura, produção de texto e gramática*. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1999.

ELIA, Silvo. *A língua portuguesa no mundo*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

GARCEZ, Pedro M.; ZILLES, Ana Maria S. *Estrangeirismos: desejos e ameaças*. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3ª ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 15-30.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidade e modificações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

———. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INFANTE, Ulisses. *Curso prático de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 2001.

LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. 17ª

ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

SCHMITZ, John R. O projeto de Lei n. 1676/99 na imprensa de São Paulo. FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3ª ed. São Paulo: Parábola, 2004, p. 85-106.

SLATER, Don. *Cultura do consumo & modernidade*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.

TERRA, Ernani. *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione, 1997.

ZILLES, Ana Maria S. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. **In:** FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3ª ed. São Paulo: Parábola, 2004, p. 143-161.